SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

www.sintrajud.org.br

FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Segunda-feira, 27 de fevereiro de 2012 | JJ 444 | 13.000 exemplares | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** | *Tel.: (11) 3222.5833*

Assembleia Estadual, dia 1º, às 13h, em frente ao TRF-3

Campanha Salarial Unificada e luta pelo PCS-4.

No dia 15 de fevereiro, trabalhadores de vários setores do funcionalismo público, estiveram em Brasília para o Lançamento da Campanha Salarial Unificada.

Na manifestação todos os setores representados apontaram para a necessidade imediata da unidade dos servidores, para resistiram as medidas anunciadas pelo governo, que retiram direitos e congela os salários.

Para dar continuidade ao calendário de luta proposto pela Campanha Salarial, o sindicato está convocando a Assembleia Estadual, dia 1º, às 13h, em frente ao TRF-3, para organizar os servidores contra o pacote anunciado pelo governo.

A principal medida é a política econômica de privilegiar o grande capital, com o corte de aproximadamente R$ 55 bilhões de gastos públicos. A medida atingiu áreas sociais importantes como educação (R$ 1,92 bilhões) e saúde (R$ 5,4 bilhões). Vale destacar que, deste montante, R$ 20 bilhões são de despesas com pessoal.

Superior ao valor do ano passado (R$ 50 bi), o corte servirá para garantir a meta de superávit primário deste ano, que é de R$ 139 bilhões. Ou seja, o contingenciamento servirá para destinar mais recursos do país aos especuladores que detêm os títulos da dívida pública.

É preciso organizar os trabalhadores do funcionalismo para as medidas anunciadas pelo governo que confirma aquilo que o sindicato vem alertando há muito tempo: será preciso, além da unidade com outros setores do funcionalismo, muita luta e determinação da categoria para arrancar a aprovação do PCS. Leia mais nas páginas 2 e 3.





Servidor valorizado = Serviço público de qualidade

- Definição de data-base (1° de maio)
- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos PLP's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios

ASSIBGE-SN, ANDES-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, CTB, CUT, CONDSEF, CNTSS, CONFELEGIS, CSP-CONLUTAS, FASUBRA, FENALE, FENALEGIS, FENASPS, FENAJUFE, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAL, SINAIT, SINTBACEN, SINASEFE, SINDLEGIS, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIRECEITA, SINAGÊNCIAS, SINASEMPU, SINPECPF E UNACON-SINDICAL



Site ganha uma "nova cara"

O site do Sintrajud vai ganhar cara nova. Na próxima quinta-feira, dia 01 de março, entra no ar o novo site da entidade. Mais organizado e interativo, o novo site trará ferramentas que dinamizarão o acesso. Enquetes e fóruns de debates são dois destaques do novo site.

Rumo ao 1º Congresso Nacional da CSP Conlutas. "Avançar na organização de base"

"Avançar na organização de base" para enfrentar a política de desmonte dos serviços públicos e de retirada de direitos do governo Dilma Rousseff



Nascida para fazer frente à traição da CUT e demais centrais pelegas e governistas, a CSP Conlutas está em pleno processo de organização do seu I Congresso Nacional. Em sua última reunião da Coordenação Nacional realizada na cidade de São Paulo, entre os dias 11 de 12 de fevereiro, estiveram presentes 167 trabalhadores representando 48 entidades sindicais, como também o Sintrajud representado pela diretora Maria Angélica Olivieri.

Além de uma plataforma de luta que inclui as reivindicações do funcionalismo, foram votadas várias as resoluções para dar a "largada" na organização do 1º Congresso Nacional da Central, como: critério de participação, forma e prazos de eleição de delegados.

O evento acontecerá entre os dias 27 a 30 de abril, na cidade de Sumaré (interior de São Paulo) e terá como eixo "Avançar na organização de base", que visa discutir e encontrar formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras em cada local de trabalho, ou seja, construir uma forte organização de base. Também será um momento onde vários setores da classe trabalhadora, discutirão suas pautas de reivindicação, bem como suas ações para enfrentar a política de retirada de direitos, imposta pelo governo Dilma Rousseff.

Programação

A Central que organiza e unifica a classe trabalhadora (funcionalismo público municipal, estadual e federal e da iniciativa privada), vários setores do movimento social como estudantes, movimento popular e contra a opressão terão como desafio discutir nos três dias de Congresso temas como: Conjuntura Nacional e Internacional; organização de base nos locais de trabalho, de moradia e nas escolas, balanço de atividades e plano de ação e também a reforma estatutária da entidade.

Com apenas dois anos já se consolidou como uma Central de luta

A realização do 1º Congresso Nacional da CSP Conlutas, após dois anos de sua fundação, é a confirmação da necessidade de construção de um instrumento de luta da classe trabalhadora. "Agora vamos dar um passo na construção e na consolidação da nossa Central como alternativa de luta dos trabalhadores brasileiros que querem ter à frente de suas mobilizações uma entidade autônoma e independente dos patrões e dos governos", afirma a Coordenação Nacional da CSP Conlutas.

O nosso sindicato, como um dos fundadores da central, como parte da preparação, organizará a discussão das teses e a eleição dos delegados na nossa categoria.

Inscrição de teses

A inscrição de teses deve ser feita até o dia 28 de fevereiro. O texto deve ter no máximo de 20 páginas A4, letra Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, sem parágrafos. A organização informa que, opcionalmente, poderá ser produzido um resumo no mesmo padrão de 2 laudas.

As teses deverão ser enviadas para o e-mail: assessoria@cspconlutas.org.br ou secretaria@cspconlutas.org.br

Prazos

Data do congresso: de 27 a 30 de abril de 2012
Inscrição de teses: até dia 28 de fevereiro
Critério de eleição delegados
Assembleias: de 1º de março a 15 de abril

Campanha Salarial

Assembleia Estadual dia 1º, às 13h, em frente ao TRF-3

Categoria discutirá os próximos passos da Campanha Salarial Unificada, a luta pelo PCS-4 e contra a privatização da Previdência

A Campanha Salarial começou. A Assembleia Estadual elegerá os representantes que participarão da primeira atividade proposta no calendário de luta dos servidores públicos federais: Seminários Nacional sobre a Previdência Pública no dia 03 e a Plenária Nacional da CNESF no dia 04 de março, em Brasília.

Para dar continuidade no calendário que unificará os servidores, no mês de março ainda teremos de 12 a 16 de março a Jornada Nacional de Lutas dos Servidores Públicos Federais com ações nos Estados e no dia 28 de março a Marcha Unificada em Brasília.

Haverá coleta de donativos para as famílias do Pinheirinho

É hora de construir a unidade na luta para barrar os projetos que atacam os direitos duramente conquistados pelos trabalhadores.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 01 de março do ano corrente, a partir das 13h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número. A assembleia será realizada em frente ao Tribunal Regional Federal 3ª Região, situado na Avenida Paulista, 1842. São Paulo/SP.

PAUTA:
1. Informes:
2. Campanha Salarial
• Calendário de mobilização;
3. Informes sobre os processos dos quintos e 11,98%;
4. Pauta de reivindicação a ser apresentada à nova presidência do TRF/JF – 3ª região;
5. Eleição dos Delegados para o Seminário Nacional da CNESF e Plenária Nacional dos Servidores Federais, dias 03 e 04/03/2012, em BSB;
6. E, outros assuntos de interesse da categoria

São Paulo, 23 de fevereiro de 2012.

Adilson Rodrigues Santos
Coordenador Geral

Inês Leal de Castro
Coordenadora Geral

Na JT: Assembleia define que Sintrajud vai recorrer da portaria da compensação

Sindicato orienta que ninguém comece a compensação até que os recursos sejam apreciados e negociação esgotada

Sintrajud vai recorrer da portaria publicada pela presidência do TRT-2 definindo os percentuais e as formas de compensação da greve do ano passado. A decisão foi tomada em assembleia setorial, na tarde de sexta-feira, dia 17 de fevereiro, no auditório do fórum Ruy Barbosa. No recurso, o Sintrajud vai pedir a revogação da portaria e, liminarmente, a suspensão dos efeitos até a decisão final.

A apresentação do recurso também será uma tentativa de estabelecer uma efetiva negociação com a presidência do TRT-2 acerca da forma de compensação.

O Sintrajud segue reafirmando que a compensação por serviço represado é mais racional e justa com os trabalhadores; que só foram à greve por estarem com seus salários congelados.

A orientação do sindicato é que ninguém comece a compensação até estejam esgotadas as negociações e recursos. Até por que, a portaria foi publicada com algumas lacunas e erros.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.
Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

O TRATOR

Maria Luiza Bonini*

Aproximava-se o Natal.

Naquele lugar de desesperança, um menino sonhava com um brinquedo.

Escreve sua cartinha ao generoso velhinho com o seu pedido, na certeza de que, por ser estudioso e comportado, seria atendido

Juquinha caminhou muito, desde o lugarejo pobre onde morava, até o posto onde depositou sua doce missiva, pleiteando um trator.

Muito feliz por ter conseguido a difícil etapa, voltou para casa, à espera de que seu sonho se realizasse.

Passam-se os dias.

A data prevista para receber seu presente está próxima.

Dentro do casebre, onde vivia com sua carente e numerosa família, é tomado por uma grande ansiedade.

Existiam muitas crianças desesperançadas e que traziam, estampadas nos rostos, as marcas da dor e da indiferença.

Para a alegria de todos, é anunciado que o trator está chegando.

As crianças, eufóricas, saem de suas casas, para presenciarem a chegada do trator pedido por Juquinha.

O trator chega.

Imponente e de grandes proporções faz com que todos pasmem, pela eficiência exagerada de Papai Noel.

Era dirigido por um homem que não tinha barba branca e nem a roupa vermelha, como esperavam.

Era um cumpridor de ordens, frio e indiferente.

Anuncia que irá derrubar todas as casas.

Em questão de horas, tudo vai ao chão.

O menino e sua família perderam o único teto para morar.

Em prantos, sentindo-se culpado, o menino franzino, pede perdão,

confessando a sua culpa e revelando a todos que havia pedido um trator a Papai Noel, dizendo:-

_ Ele só atendeu ao meu pedido.

****

São Paulo/Brasil
dezembro de 2011
Registrado no Recanto das Letras
Código Texto - T3363487

*Trabalhadora aposentada do Tribunal Regional Eleitoral

SINTRAJUD Jornal do Judiciário FENAJUFE CSP Conlutas
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica SIlva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos/SP - Cep: 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - E-mail: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Telefones: (11) 3392-3728 / 3525-9672 / E-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Diego Plenamente | **Tiragem:** 13.000 exemplares

Servidores iniciam campanha conjunta em dia de anúncio de cortes no Orçamento

Governo anuncia corte de 55 bilhões em 2012 e "reafirma" política de congelamento; servidores do Judiciário já perderam 1/3 do salário real desde último reajuste

Por Hélcio Duarte Filho

O início da campanha salarial conjunta do funcionalismo público federal– marcada por manifestações em Brasília, na quarta-feira (15) – coincidiu com o anúncio de cortes de R$ 55 bilhões no Orçamento da União.

Como enfrentamos um governo bastante resistente e contrário aos trabalhadores, com uma forte base aliada construída graças à omissão do Poder Judiciário e um Legislativo completamente comprometido com o projeto do Executivo, a construção dessa campanha salarial unificada é fundamental para que possamos alcançar a vitória. Juntos teremos mais chances de vencermos.

Participaram do lançamento da Campanha Salarial Unificada 2012 e do relançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, várias categorias do funcionalismo público, dentre eles a delegação de São Paulo foi composta pelos diretores Adilson R. Santos, Erlon S. de Almeida, Inês Leal de Castro e Fausta Camilo, pelos aposentados Márcio Lóis, João Evangelista e Maria Helena Garcia Leal, e os diretores de base Marco Antonio Batista, Verônica Maciel e Lynira Sardinha, além do diretor Antonio dos Anjos Melquiades pela Fenajufe.

Para atender agiotas, governo aplica pacote de austeridade fiscal

A política de aperto fiscal para fazer superávit e pagar juros das dívidas públicas voltou a ser alvo de críticas de dirigentes sindicais no lançamento da campanha, ocorrido pela manhã na Esplanada dos Ministérios e, à tarde, no Congresso Nacional. Lideranças do funcionalismo destacaram que o governo destinou quase a metade de seu orçamento para pagar juros e encargos das dívidas públicas, enquanto retira verbas dos setores sociais e aplica uma política que congela salários no setor público.

Os cortes anunciados – que prevêem a redução em R$ 20 bilhões em despesas fixas, que incluem pessoal – reforçam a intenção do governo de não conceder reajustes salariais e manter o congelamento que, no caso do Judiciário, já entra em seu sexto ano. Ao comentar a medida, Mantega tentou suavizar o seu impacto alegando que não se trata de um ajuste tradicional, mas de uma "consolidação". Disse ainda que na Europa direitos vêm sendo cortados, mas no Brasil isto não estaria acontecendo.

Não explicou, porém, porque não considera corte de direitos a pressão do governo para aprovar na Câmara o PL 1992/2007, que concretiza o fim da aposentadoria integral para novos servidores e inicia a privatização da Previdência do setor. Também não disse nada sobre a política de congelamento salarial, que, na prática, reduz o valor dos salários ao rebaixar seu poder de compra.

Inflação já comeu mais de 1/3 dos salários

O economista Washington Lima, do Departamento de Econômico do Sintrajud-SP, alerta que a inflação acumulada desde a data do último reajuste salarial concedido aos servidores do Judiciário (PCS-3) já soma 35% - de acordo com o IVC, índice de aferição do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicas).

Em outras palavras, isso significa que os trabalhadores do Poder Judiciário tiveram, de junho de 2006 até janeiro de 2012, os salários reduzidos em termos reais em mais de um terço. "Há uma inflação em curso e ela não é pequena. E pela falta de uma política de reposição destas perdas nas remunerações dos servidores públicos, conforme inclusive determina a Constituição Federal, os salários foram bem corroídos nos últimos anos", explica o economista.

Marcha a Brasília em março

O ato de lançamento da campanha unificada começou por volta das 10h30min no Espaço do Servidor Público, numa tenda próxima ao Bloco C da Esplanada dos Ministérios. Representantes de cerca de 30 entidades

Valcir Araújo



15.02 - Representantes do Sintrajud no Lançamento da Campanha Salarial Unificada

participaram do ato, dentre elas a federação nacional dos trabalhadores do Judiciário Federal (Fenajufe) e sindicatos estaduais da categoria. De lá, os manifestantes caminharam até o Bloco K, sede do Ministério do Planejamento, onde uma comissão foi recebida pelo secretário-executivo da pasta, Walter Correia, a quem foi entregue a pauta de reivindicações. Ela cobra, dentre outras demandas, a fixação da data-base em maio, retiradas de projetos que atacam a categoria, caso do PL 1992 da Previdência, e o fim do congelamento com o estabelecimento de uma política de reposição anual das perdas inflacionárias.

Representativo, o ato teve o caráter simbólico de lançar a campanha tendo como meta unificar todo o funcionalismo público para enfrentar o governo. As categorias do funcionalismo público preparam uma marcha a Brasília para o final de março e alguns setores já falam em construir a greve conjunta caso o governo não recue de sua política.

Diretores cobram a retomada das negociações pela aprovação do PCS-4 em reunião com diretor geral do STF

Dirigentes do Sintrajud e da Fenajufe dizem a Alcides Diniz que categoria também responsabiliza Peluso pelo congelamento e que mobilizações serão retomadas

Por Juliana Silva

Os dirigentes do Sintrajud Adilson Rodrigues e Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), este também representando a federação nacional, reuniram-se com o diretor geral do Supremo Tribunal Federal, Alcides Diniz, na quarta-feira (15), para tratar da retomada das negociações pelo PCS-4.

Os dirigentes sindicais cobraram, novamente, que o Supremo cumpra seu papel na busca de negociação com o Executivo e Legislativo, para aprovação do PCS-4. "É preciso superar o desrespeito e a quebra da autonomia do Judiciário e, para isso, o ministro Peluso precisa assumir o papel que lhe cabe, como chefe do Poder que representa, para garantir a aprovação do PCS-4", afirmou o diretor do Sintrajud Adilson Rodrigues.

Na reunião os dirigentes fizeram duras críticas à postura omissa do presidente do STF, ministro Cezar Peluso, que aceitou passivamente os desmandos dos poderes Executivo e Legislativo, que não incluíram o orçamento do Judiciário na Lei Orçamentária Anual de 2012. Ressaltaram também que esta postura omissa do ministro Peluso à frente do STF é tida pela categoria como o principal elemento que impediu a abertura de negociação séria e efetiva, tendo levado à derrota da luta pela aprovação do PCS-4.

Apesar do ministro Cezar Peluso encerrar sua gestão no próximo dia 19 de abril, e não demonstrar nenhuma disposição de cobrar o respeito à autonomia e independência do Judiciário, os servidores avisaram que não haverá trégua e que ele será cobrado até o último dia de seu mandato pelo atual congelamento salarial, exigindo-se uma postura à altura do Poder que diz representar.

Resolução CJF sobre direito de greve na JF

Outro tema discutido foi a resolução do Conselho da Justiça Federal que tenta restringir o direito de greve dos servidores da Justiça Federal. Para os dirigentes sindicais, a resolução do CJF é ilegal e abusiva, por ter sido baixada unilateralmente, em flagrante desrespeito à lei de greve, que estabelece necessidade de negociação com as entidades de classe dos servidores para definição de serviços essenciais em cada órgão.

Foi denunciada a contradição entre a guinada autoritária, com tentativa de restrição do exercício do direito de greve pelas administrações dos tribunais, ao mesmo tempo que omitem-se deliberadamente de fazer qualquer esforço pela superação do congelamento salarial que os servidores sofrem há quase seis anos.

Valcir Araujo



15.02 - Reunião com o Diretor Geral do STF, Alcides Diniz

Para os dirigentes sindicais, a reunião com o DG do STF é parte das articulações e da pressão pela retomada das negociações pela aprovação do PCS-4 com a Cúpula do Judiciário e os demais Poderes da República.

Seminário e Plenária Nacional da CNESF

Plenária Nacional organizará a luta dos servidores públicos federais no próximo período

O governo Dilma Rousseff já deu demonstrações de que não medirá esforços para arrochar os salários do funcionalismo e retirar direitos, além de aprovar o PL 1992/07, que limita a aposentadoria do funcionalismo ao teto do benefício pago pelo INSS (R$ 3.691,74). Quem quiser receber mais, precisará aderir a um fundo de pensão privado e administrado pelas regras do sistema financeiro, o FUNPRESP, que será criado com o PL 1992/07, caso ele se torne lei.

Para entender melhor os danos causados por este projeto à Previdência, a Coordenação Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (CNESF), organizará um Seminário Nacional que acontecerá no dia 03 de março em Brasília.

A atividade contará com duas mesas: "Previdência Pública x Previdência Complementar (Fundos de Pensão – PL 1992/07)" e "Direito de Greve e Negociação Coletiva".

Já no dia 04 de março acontece a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, também em Brasília, com a seguinte pauta: Informes das entidades, Avaliação de Conjuntura; Campanha Salarial dos SPF´s, encaminhamentos sobre os temas do Seminário Nacional e assuntos gerais.

Essa plenária é uma das atividades mais importantes, pois é o espaço em que será deliberado as tarefas necessárias para a construção da campanha salarial unificada.

O que é a CNESF?

A Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais é formada por um conjunto de entidades nacionais (Confederações, federações e sindicatos nacionais) de servidores públicos federais..

A principal finalidade da CNESF é articular e unificar as ações entre as diversas categorias de servidores federais, aumentando, assim, a sua capacidade de intervenção. Hoje a CNESF é composta por nove entidades nacionais: ANDES/SN, ASSIBGE, CNTSS, CONDSEF, CSP CONLUTAS, CTB, FASUBRA, FENASPS, SINASEFE, SINDIFISCO

Não há dinheiro para o reajuste dos trabalhadores, mas há para privatizar a previdência

O PL 1992/07 deve voltar para a pauta da Câmara dos Deputados no dia 28. Toda pressão para barrar este projeto que ataca a aposentadoria do funcionalismo.

O governo federal joga pesado para votar no próximo dia 28 - o PL 1992/07 que cria o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp).

O projeto limita a aposentadoria dos trabalhadores do setor público ao teto estipulado ao da iniciativa privada, hoje em R$ 3689,66. O servidor que quiser ter um benefício superior terá que aderir ao Funpresp (Fundo de Pensão).

Dirigentes do Sintrajud, aposentados e representantes de várias entidades do funcionalismo, estiveram em Brasília no dia 15 de fevereiro para o Lançamento da Campanha Salarial Unificada e para o relançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público. Na oportunidade exigiram aos parlamentares a rejeição do PL 1992/07.

O PL representa danos irreparáveis à aposentadoria do trabalhador do setor público, além de desestimular o ingresso de profissionais qualificados no quadro como também a quebra de solidariedade entre as gerações. Outro dano desse projeto a categoria é a divisão, pois haverá uma parte que poderá se aposentar com vencimentos integrais e outra limitada ao teto. E categoria dividida é mais fácil de ser atacada.

Mesmo ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal o governo quer votar o projeto

Para viabilizar a criação do Funpresp ainda este ano, o Ministério do Planejamento enviou para a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional na última segunda-feira (13) o projeto do Executivo (PLN 1/12) abrindo um crédito especial de R$ 100 milhões no orçamento da Seguridade.

Essa foi uma manobra encontrada pelo governo para "derrubar" as críticas das entidades combativas do funcionalismo, que questionam e afirmam que o PL 1992/07 está impedido legalmente, de ser colocado em votação por falta de previsão orçamentária e por não apresentar estimativa de impacto financeiro.

Apesar da "saída" encontrada pelo o governo, o PL 1992/07 continua ilegal, pois o projeto deveria prever o impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que o Funpresp entrasse em vigor e para os dois anos subsequentes, do contrário, o projeto ferirá a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Funcionalismo unido faz manifestação em Brasília contra a Reforma da Previdência

Dia 28 de fevereiro toda pressão em Brasília para barrar o PL 1992/07

Por ser um dos maiores ataques aos trabalhadores públicos desde a reforma previdenciária de 2003, esse projeto precisa ser derrotado. Por isso o Sintrajud tem se incorporado ao processo nacional de luta para barrar sua aprovação.

O próximo dia 28 fevereiro será mais uma data em que os servidores deverão ir à Brasília para evitar que, os deputados governistas e a oposição burguesa protagonizem mais um ataque contra os trabalhadores públicos com a aprovação do PL 1992/07.

PEC 270 que garante rendimento integral a aposentados por invalidez é aprovada na Câmara

O projeto agora segue para votação no Senado. A PEC não cria novos benefícios, apenas resgata direitos adquiridos perdidos na Reforma da Previdência de 2003

A unidade dos trabalhadores aposentados de vários setores do funcionalismo público, organizados na Frente Nacional São Paulo, garantiu a aprovação no plenário da Câmara da Proposta de Emenda Constitucional 270 que garante a remuneração integral aos aposentados por invalidez permanente.

A aprovação em segundo turno ocorreu na última segunda-feira, dia 14, e obteve 428 votos. Esta vitória é uma demonstração de que quando os trabalhadores do setor público se unem, fica mais difícil o governo impor sua política de retirada de direitos.

Agora a Proposta de Emenda Constitucional 270, precisa ser aprovada no Senado e sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

Quem tem direito?

A PEC 270/08 vale para os trabalhadores do setor público que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, ou melhor, até a data da aprovação da última Reforma da Previdência.

O servidor que ingressou no setor público até o final de 2003 e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições.

A paridade de reajuste também está garantida com a aprovação da PEC 270/08. Este direito também será estendido para os pensionistas.

Prazo para revisão das aposentadorias

A PEC prevê um prazo de 180 dias para o Executivo revisar as aposentadorias e pensões conferidas a partir de 1º de janeiro de 2004.

Mais uma batalha vencida pela Frente Nacional São Paulo pelas PEC´s 555/2006 e 270/08

Os representantes da Frente Nacional travaram uma dura batalha no Congresso Nacional para a aprovação da PEC 270/08. Foram realizadas muitas audiências em Brasília com parlamentares, encontros e reuniões entre as entidades onde o Sintrajud fez parte, com a participação da companheira Ana Maria Fevereiro, membro do Núcleo de Aposentados do sindicato.

Agora a luta segue pela aprovação da PEC 555/06 que pede a revogação do artigo 4º da Emenda Constitucional 41/2003, extinguindo gradativamente a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

Homenagem póstuma a Ernesto Alberto Christ. Aos 90 anos de idade também lutava pela aprovação da PEC 270/08

O Sr. Ernesto Alberto Christ, Sr. "Christ" como era chamado, aos 90 anos de idade nos deixou no dia 05 de janeiro. Foi o primeiro sócio do sindicato, como ele mesmo reivindicava ser. Para a diretoria do Sintrajud, ele era um exemplo de militância, participava de todas as reuniões do Núcleo de Aposentados do Sintrajud e das lutas da categoria.

"Às vezes reclamava das dores, mas estava sempre presente nas mais diversas atividades sindicais", lembra Ana Maria Fevereiro, ex-diretora do Sintrajud e coordenadora do Núcleo de Aposentados.

"O Sr. Christ era uma figura extraordinária. Integro, atuante, brincalhão, cheio de graça. Militante desde os 14 anos de idade tinha uma consciência política rara. Dizia que não se utilizava de caixas eletrônicos, porque estes haviam tirado o lugar dos trabalhadores. Apesar de ter ocupado funções relevantes na Justiça do Trabalho, ter feito três faculdades (Direito, Economia e Teologia), tinha o sindicato como parte integrante de sua vida e o Núcleo de Aposentados como um ponto de encontro e aprendizado.Vai deixar saudade", diz emocionada.

Lutador das causas dos trabalhadores aposentados

No dia 25 de julho do ano passado o Sr Christ (sentado na primeira fileira) participou da reunião da Frente Nacional São Paulo pelas PEC´s 555 e 270, que foi sediada no auditório do Sintrajud.

No evento o Sr. Christ foi homenageado pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), "pela disposição de luta e um exemplo a ser seguido", lembram emocionados os colegas do Núcleo de Aposentados do Sintrajud.

Kit Gaion



25.07 - Sr. Christ acompanhando a atividade da Frente Nacional São Paulo pelas PEC´s 555 e 270